

# HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011

(Em reais mil, exceto quando indicado)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

### a) Atividades desenvolvidas

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

### b) Situação patrimonial e financeira

A situação patrimonial e financeira da Companhia é como segue.

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	2.203	543
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(37.099)	(10.329)
Capital de giro	(8.269)	(3.492)

A manutenção dos indicadores operacionais abaixo do esperado ao longo dos últimos anos, aliado à discussão relacionada à liquidação de tributos federais e com as consequências que poderiam advir, nos termos descritos na nota explicativa 10(b), representam importantes desafios a serem superados para a normal continuidade operacional da Companhia, que está fortemente ligada à superação dos aspectos acima descritos e pela manutenção das ações objeto do seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos são:

- Incrementar os negócios através de licenciamento e lançamento de novas linhas de produtos abrangendo novos mercados.
- Obter novos recursos em processo de capitalização e reorganização societária.

---

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

### **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor; ou valor justo, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **2.2. Elaboração das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

### **2.3. Utilização de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as estimativas e premissas utilizadas que apresentam probabilidade de causar algum ajuste nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas na nota explicativa 4 – Clientes – PCLD e nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

### **2.4. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

A variação cambial sobre investimentos mantidos no exterior pela coligada é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

## **2.5. Autorização da conclusão das demonstrações financeiras**

Em Reunião de Diretoria realizada em 19 de março de 2012, foi autorizada a apresentação das demonstrações financeiras.

---

## **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são compatíveis com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

As notas explicativas abaixo não apresentaram alteração significativa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

### **a. Contas a Receber de Clientes**

Referem-se a valores a receber de clientes registrados pelo valor faturado, incluídos os respectivos impostos e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, e representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos.

### **b. Investimentos**

O investimento na empresa coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no grupo de "Outros Resultados Abrangentes", no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento.

### **c. Intangível**

O ativo intangível é representado por marcas e patentes, as quais são registradas ao custo histórico.

### **d. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável de um ativo, a Companhia constitui provisão para deterioração, para ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado do ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### e. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos até a data base das demonstrações financeiras, que são equivalentes ao seu reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e mensuração subsequente ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### f. Provisões

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões efetuadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e trabalhistas, os quais são provisionados mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Os processos considerados com risco de perda possível são apenas objeto de divulgação, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### g. Impostos

##### g.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O Imposto de Renda é calculado e registrado sobre lucro tributável, apurado com base no resultado anual relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual excedente a R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

##### g.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerando créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e passivo não circulante (nota explicativa 7).

O imposto de renda diferido e contribuição social diferida são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

### g.3. Impostos Recuperáveis

Os custos dos serviços prestados são apresentados líquidos dos impostos recuperáveis, em função da sistemática da não-cumulatividade.

### g.4. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

	<b>Alíquotas</b>
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISSQN	2,50%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

### h. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-lo.

Os passivos são atualizados, quando pertinente, pelas taxas de câmbio, variações monetárias incorridas e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação seja provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os itens de ativo e passivo não circulante estão ajustados a valor presente, quando aplicável.

### i. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. As despesas são reconhecidas à medida que são efetivamente incorridas.

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo transcorrido, com base no método da taxa efetiva de juros. A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos forem gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita e o custo decorrente de serviços prestados, quando aplicável, são reconhecidos no resultado em função de sua efetiva prestação.

j. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

k. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

---

#### 4. CLIENTES

---

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Duplicatas a receber	1.209	717
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25)	(101)
	<u>1.184</u>	<u>616</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o período foi como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>101</u>
Baixas ocorridas	(76)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>25</u>

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2011, por idade de vencimento, está assim composto:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Valores não vencidos	1.108	566
Vencidos até 30 dias	-	50
Vencidos há mais de 181 dias	101	101
	<u>1.209</u>	<u>717</u>

---

## 5. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

---

Investimento na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/11	31/12/10
Dados do investimento		
Capital social	28.794	28.794
Patrimônio Líquido	101.372	136.342
% de participação	11,12	11,12
Resultado do exercício	(22.965)	18.719
Ações possuídas (milhares)	31.631	5.272
Pelo valor patrimonial	<b>15.162</b>	<b>13.397</b>
Estorno de reavaliação de coligada	(1.374)	(47)
Ajuste de avaliação patrimonial em coligada	38	(44)
Juros sobre capital próprio a distribuir	-	(226)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.554)	2.082
<b>Participação em coligada</b>	<b>11.272</b>	<b>15.162</b>

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Mundial S.A. – Produtos de Consumo, realizada em 27 de maio de 2011, foi aprovado um desdobramento (“split”) de ações daquela Companhia alterando o capital autorizado e subscrito, à razão de seis ações em substituição para cada uma atualmente existente.

---

## 6. INTANGÍVEL

---

Composição do Intangível:

		31/12/11	31/12/10
	Custo corrigido	Valor residual	Valor residual
Marcas e patentes	94	94	90
	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>90</b>

	Marcas e Patentes
<b>Saldo em 31/12/10</b>	<b>90</b>
Adições	4
<b>Saldo em 31/12/11</b>	<b>94</b>

O saldo refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

---

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL- DIFERIDO

---

O valor de R\$ 5.515 (R\$ 4.055 referente a IRRPJ e R\$ 1.460 referente a CSLL), registrado na rubrica de provisão de imposto de renda e contribuição social, foi constituído em função dos efeitos na adesão ao parcelamento Ajustar - ICMS, e a realização do referido tributo se dará em 104 parcelas restantes.

---

## 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

---

O empréstimo captado no mercado e reconhecido no passivo circulante refere-se a captação de recursos no mercado interno. O empréstimo está reconhecido em 31 de dezembro de 2011 a valor de mercado.

Modalidade	Controladora	
	31/12/11	31/12/10
Capital de giro - CCB	4.000	-
Títulos descontados	125	
<b>Total passivo circulante</b>	<b>4.125</b>	<b>-</b>

O empréstimo de capital de giro – CCB mantido pela Companhia é garantido por aval, com prazo de vencimento de até 4 meses e negociado a juros pré-fixados de 2,56% a.m..

---

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

---

Composição:

	31/12/11	31/12/10
REFIS (Nota explicativa 10)	14.173	14.173
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	4.297	5.466
Ajustar - ICMS (b)	15.174	17.144
PIS (c)	84	78
COFINS (c)	421	390
IPTU (d)	498	463
Outros impostos	75	179
	<b>34.722</b>	<b>37.893</b>
Passivo circulante	5.376	4.442
Passivo não circulante	29.346	33.451
<b>Total</b>	<b>34.722</b>	<b>37.893</b>

Os parcelamentos tem a seguinte composição de vencimento por ano:

2012	3.887
2013	3.887
2014	3.037
2015	1.847
2016 em diante	7.386
<b>Total</b>	<b>20.044</b>
Refis (Nota explicativa 10), PIS COFINS (c)	14.678
<b>Total - passivo e passivo não circulante</b>	<b>34.722</b>



(a) Parcelamento Lei 11.941

Em 30 de novembro de 2009, a companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/2009, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção, resultou em uma redução da dívida em R\$ 17.537, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a empresa formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, o que a levou iniciar um trabalho específico de revisão interna, para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação. Entretanto, a Receita Federal do Brasil deverá conceder nova oportunidade para que os contribuintes que tiveram a consolidação no parcelamento da Lei nº 11.941/09 deferida e que verificaram necessidade de ajustes relacionados à inclusão/exclusão de débitos no programa de parcelamento. A chamada “reconsolidação” ainda não possui data definida, mas será proporcionada para permitir a revisão do parcelamento para os contribuintes que identificaram incongruências. Este novo procedimento tornará desnecessária a revisão administrativa, tendo em vista que a própria Receita Federal do Brasil oportunizará ao contribuinte as adequações que se fizerem necessárias.

Assim, a Companhia poderá efetuar os ajustes necessários na inclusão dos débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/09, para a confirmação dos saldos mantidos nos seus controles internos.

Atualmente os pagamentos mensais são de R\$ 203.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia, imóveis, máquinas e equipamentos.

(b) Adesão ao Ajustar – ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (Ajustar) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715.

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 15.174, que está pactuado em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela SELIC e com recolhimento mensal de R\$ 174.

(c) PIS, COFINS

Refere-se a compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal - SRF, pendentes de homologação.

(d) IPTU

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 498, e com pagamentos mensais de R\$ 8.

---

**10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL**

---

a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o

alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

Estimando-se que a Companhia venha a crescer à razão de 3% ao ano e ainda que as amortizações ocorram obedecendo aos critérios da Resolução CG/REFIS nº 004, a dívida será amortizada em aproximadamente 1.800 meses, conforme as projeções de crescimento do faturamento e de juros futuros, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Assim, foi calculada uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante a valor presente de R\$ 14.173 (R\$ 610 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). O saldo contábil da dívida está congelado desde 31 de dezembro de 1999.

Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 4.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção). Em 31 de dezembro de 2011 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 462.390, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 442.217.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

	<b>Principal</b>	<b>Juros e multa</b>	<b>Total</b>	<b>Atualização TJLP</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/11</b>
PIS	2.597	1.519	4.116	4.031	(77)	8.070
COFINS	9.619	7.266	16.885	16.532	(315)	33.102
IPI	22.450	22.819	45.269	44.324	(844)	88.749
IRRF	2.323	2.321	4.644	4.547	(87)	9.104
CSLL	16.183	-	16.183	15.845	(302)	31.726
IRPJ	33.724	-	33.724	33.020	(629)	66.115
INSS	27.950	23.934	51.884	50.801	(968)	101.717
	<b>114.846</b>	<b>57.859</b>	<b>172.705</b>	<b>169.100</b>	<b>(3.222)</b>	<b>338.583</b>

b) A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Porém, conforme ficha 13 do programa do REFIS da Companhia, tal litígio consta como tendo sido incluído. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem garantido sua manutenção no programa através de medidas judiciais. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

---

## 11. GARANTIAS PRESTADAS

---

Em garantia dos parcelamentos com a Secretaria de Receita Federal – SRF e da Secretaria da Receita Estadual - SEFAZ, foram dados terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da coligada Mundial S.A. e terrenos e imóveis das coligadas indiretas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A..

---

**12. PARTES RELACIONADAS**

---

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Avamiller	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	249	249
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	306.408	2.967	-	309.375
Despesas financeiras	35.151	-	-	35.151
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	272.469	2.967	-	275.436
Despesas financeiras	30.293	-	-	30.293

O saldo de R\$ 306.408 em 31 de dezembro de 2011 com a coligada Mundial S.A. teve origem na operação de compra em 1988 das unidades de talheres, baixelas e cutelaria (Fábricas 2 e 8) da então coligada Eberle S.A., hoje, sucedida pela Mundial S.A.. A Companhia efetuou pagamentos à coligada Mundial S.A. no montante de R\$ 1.212 no decorrer do ano de 2011.

Abaixo apresentamos a remuneração dos mútuos:

<b>Empresa</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Vencimento</b>
Mundial S.A. - Produtos de Consumo.	IPCA + 6%a.a.	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Laboratorio Avamiller de Cosméticos Ltda.	Não remunerada	Indeterminado

---

**13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

---

A Companhia classifica os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrando o montante avaliado como perda provável, considerado suficiente para cobrir perdas que possam vir a ocorrer.

a) Características do montante:

Processos trabalhistas - São relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras e adicional de periculosidade.

	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Provisões trabalhistas	233	333
Depósitos judiciais	(77)	(55)
	<b>156</b>	<b>278</b>

As causas tributárias anteriores a dezembro de 1999 foram incluídas no REFIS e as posteriores a esta data, incluídas no PAES e no Parcelamento Ajustar - ICMS.

b) Contingências com probabilidade de perda possível:

As causas consideradas como perdas possíveis não estão registradas, mas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, devem ser divulgadas. Em 31 de dezembro de 2011, as causas consideradas de perda possíveis, conforme estimativa dos advogados da Companhia são as seguintes:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Provisões trabalhistas	547	755
Provisões cíveis	4.369	10.686
	<u>4.916</u>	<u>11.441</u>

Composição das contingências com risco de perda possível:

Provisões trabalhistas - São relativas basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras e adicional de periculosidade.

Provisões cíveis - São constituídas por ação de rescisão de contratos de representação comercial e ação de cobrança de honorários advocatícios com respectivos pedidos de indenização.

---

#### 14. PASSIVO A DESCOBERTO

---

##### **Capital autorizado**

É dividido em 50.597.929 ações ordinárias e 101.195.858 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

##### **Capital subscrito**

É dividido em 5.135.950 ações ordinárias e 10.164.050 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

##### **Reservas de capital**

As reservas de capital são constituídas por reserva de ágio sobre ações e reserva de incentivos fiscais.

##### **Reserva de reavaliação**

A reserva de reavaliação reflexa da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

##### **Outros resultados abrangentes**

É composto pelo saldo da variação cambial reflexa sobre os investimentos no exterior da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

---

**15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

---

	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Baixa de créditos tributários	-	(1.901)
Outras despesas operacionais (a)	278	(408)
	<b>278</b>	<b>(2.309)</b>

(a) Em 2011, o grupo de Outras Despesas Operacionais é composto por R\$ 36 referente a perdas de valores a receber de clientes pendentes há longa data, R\$ 235 referente a provisão para perda em investimento e outras despesas.

---

**16. RESULTADO FINANCEIRO**

---

<b>Receitas financeiras</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Outras receitas financeiras	28	-
Efeitos de adesão ao Ajustar/2010	-	18.715
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>28</b>	<b>18.715</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Despesas financeiras com partes relacionadas (a)	(35.151)	(30.293)
Despesas de giro (Empréstimos)	(927)	-
Atualização de impostos e outras despesas financeiras	(698)	(1.376)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(36.776)</b>	<b>(31.669)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(36.748)</b>	<b>(12.954)</b>

(a) Despesas em decorrência da atualização do mútuo com a coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, atualizado por IPCA e acrescido de 6% a.a..

---

**17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

---

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Receita Bruta de Vendas	3.587	3.682
Impostos sobre Vendas	(483)	(482)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.104</b>	<b>3.200</b>

---

**18. SEGUROS (Não Auditado)**

---

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas em apólice global para a Companhia e suas coligadas diretas e indiretas, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice prevê coberturas contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

**DIRETORIA E CONSELHO DA HERCULES****Conselho de Administração**

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Cristiano Jacó Renner – Conselheiro

**Diretoria**

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

Julio Cesar Camara – Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

**Contador**

Marcelo Fagundes de Freitas

CRC nº 1RS 057349/O-7 S SP – CPF: 526.944.020-20